

A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE FRENTE AO DECLÍNIO DA PRODUÇÃO DE CACAU NO MUNICÍPIO DE ITABUNA/BA

Andressa Araújo Souza¹
Camila Silva Santos²

Resumo

O presente artigo tem como tema, **A migração campo-cidade frente ao declínio da produção de cacau no município de Itabuna/BA**, decorre de estudos realizados junto ao programa de Educação Tutorial, PET de Geografia do Campus Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, esta pesquisa faz uma análise das mudanças espaciais no município de Itabuna/BA como resultado do processo de reestruturação produtiva do capital no campo e seus rebatimentos nas relações de produção e trabalho, que são alteradas e vão afetar de maneira destrutiva o trabalhador, provocando a precarização e a mobilidade do trabalho.

Palavras Chave: Reestruturação/Produtiva, Trabalho, Precarização.

Introdução:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as mudanças no mundo do trabalho decorrentes das transformações espaciais, necessárias para a reprodução do capital, ocorrido nos últimos anos no município de Itabuna na Bahia. Os trabalhadores que nos dias atuais trabalham nas indústrias da cidade mantêm relações mesmo que indiretas com o campo, pautado no período em que a produção de cacau se dava de forma efetiva alavancando o PIB do estado da Bahia. Com a redução da produção de cacau, principal produto da economia da região do Sul da Bahia (gerada pela queda no preço do produto e pela dependência do mercado externo), ocorreu um processo de mobilidade do trabalho do campo para a cidade, notadamente para trabalhar nas industriais, antigos residentes do campo, atualmente trabalham nas empresas têxteis e de materiais esportivos Penalty e Trifil, como pode ser visto no decorrer do estudo. Além da incorporação do exército industrial de reserva da cidade, uma parte significativa desses trabalhadores representa famílias de gerações que tiravam o seu sustento do campo para sua reprodução ou fizeram parte do período áureo do cacau.

Para a realização do trabalho foram feitas leituras de artigos, dissertações, monografias, entrevistas e livros, que serviram de base para a fundamentação teórica, através dos estudos históricos e espaciais sobre o município de Itabuna frente ao contexto econômico

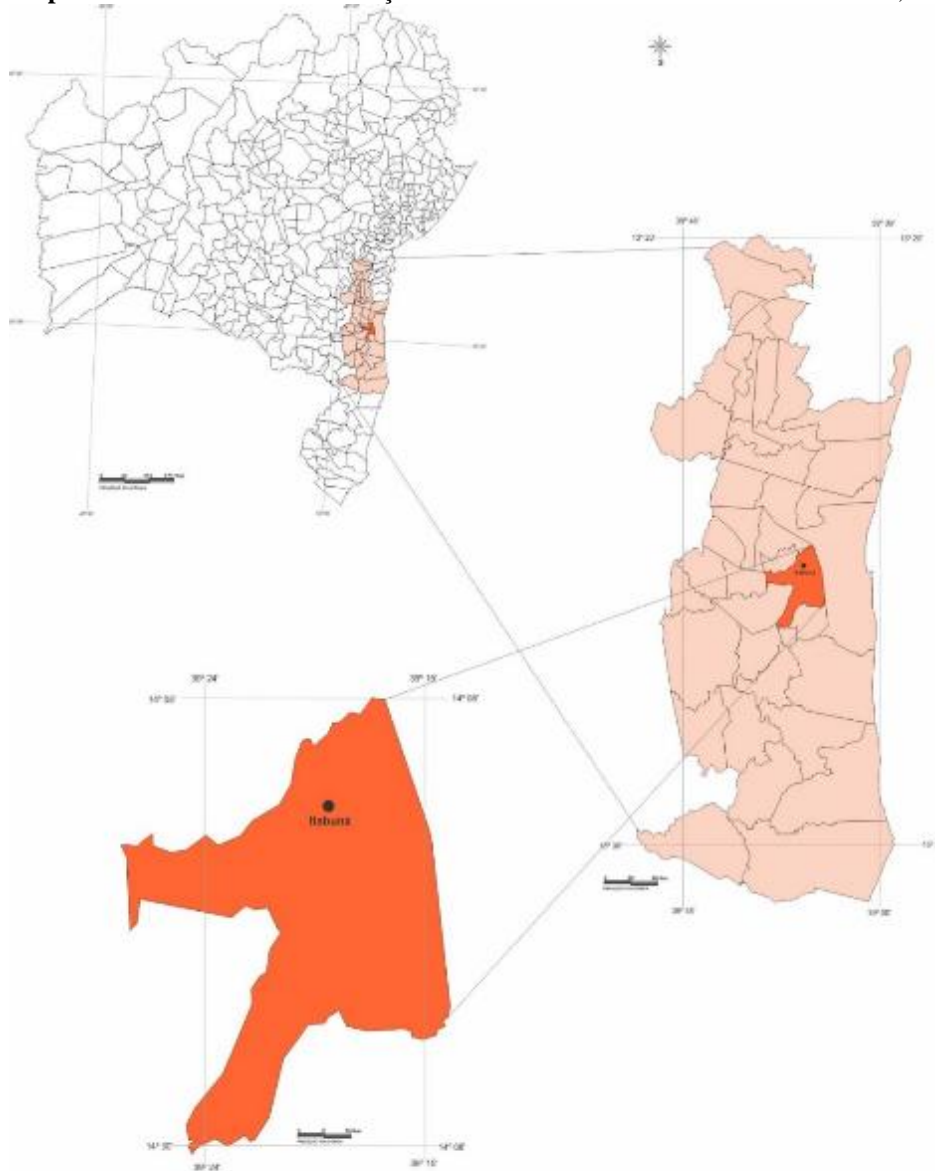
¹ Discente do curso de geografia – DGEI/UFS – Bolsista PET-PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. Integrante do grupo de pesquisa: Relação Sociedade Natureza e Produção do espaço Geográfico-PROGEO. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: araujo.andressa0202@gmail.com

² Discente do curso de geografia – DGEI/UFS – Bolsista PET-PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: camila-1-2-3@live.com

das últimas décadas, que permanece evidenciando uma estrutural desigualdade e contraditória, típica da necessidade de perpetuação do modo de produção capitalista. Houve também a realização de entrevistas estruturadas com alguns trabalhadores das fábricas Trifil e Penalty. As perguntas elaboradas foram necessárias para análise da realidade vivenciada por esses trabalhadores, pois possibilitaram analisar os discursos dos próprios sujeitos e não somente os dos empresários.

A lógica do capital no ajuste espacial da acumulação flexível busca condições favoráveis ao lucro e assim a cidade de Itabuna torna-se um território estratégico, pois além da grande oferta de força de trabalho barata e concentrada, localiza-se a margem do rio Cachoeira, viável para os despejos das fábricas. O município compõe a microrregião Itabuna-Ilhéus e tem um papel econômico importante, atende com diversos serviços a vários municípios circunvizinhos. O mapa abaixo destaca o município de Itabuna no Estado da Bahia, local de estudo, para enxergarmos as contradições que configura o modo de produção capitalista, que da mesma maneira que destrói o ser humano e os despreza, compreende sua importância para a garantia da extração da mais-valia.

Mapa 1: Localização do universo em estudo, Itabuna-BA 2017.



Organização: José Hualdo Lima
 Digitalização: José Hualdo Lima

Destrinchar as contradições deste processo pressupõe entender campo e cidade como unidades dialéticas e que a reestruturação produtiva adequa a mobilidade espacial do trabalho às necessidades da acumulação em curso. A chegada dessas empresas datadas no final da década de 1990, coincidiu com o momento em que a reestruturação produtiva no Brasil ganha consistência com a adoção do Estado as políticas neoliberais que resultaram em drásticas consequências aos trabalhadores brasileiros. A cidade de Itabuna já tinham grande destaque pela importância econômica e pela estrutura predominantemente urbana no período em

questão, resultado das mudanças decorrentes do processo de industrialização do país. O deslocamento dos trabalhadores prossegue em curso, contribuindo para aumento de trabalhadores que desempregados se unem aos que já se encontravam nas periferias da cidade e que passaram a ser incorporados pelas indústrias.

Estado, crise cacaueteira e mobilidade do trabalho:

A implantação do Estado neoliberal no Brasil tem sido nefasta se comparada aos países centrais e traz consigo consequências para o mundo do trabalho nacional, pois novas configurações e mutações organizacionais no setor produtivo têm sido estabelecidas em busca de solucionar a crise estrutural que se alarga e domina todos os setores da vida humana, tendo como sustentáculo uma lógica de exploração extremamente precária do trabalho que se agrava com o quadro histórico do mercado de trabalho brasileiro de raiz colonial-escravista, baseado na grande concentração fundiária.

O Estado reafirma sua função de garantir a propriedade privada e favorece os interesses capitalistas, pois é ele quem tem permitido o desmonte do estatuto social do trabalho (desregulamentação e liberalização econômica), a guerra fiscal e a instalação de fábricas, notadamente, onde territorialmente situa-se uma população expropriada do campo e desempregada, em busca por qualquer condição de sobrevivência. Este processo tem como recorte os ideários da reestruturação produtiva aplicada a partir da década de 1990 após *Consenso de Washington*, (que consistiu em um acordo entre os países da América Latina na intervenção de políticas econômicas e sociais advindas de agências multilaterais), imposto como um norte aos países latino-americanos na busca pelo “desenvolvimento”, com o propósito de criar a dependência dos países periféricos.

Atualmente os rebatimentos acerca desse processo de submissão vêm se tornando mais nítido, tendo em vista o discurso alienador, embutido em palavras que ludibriam os sujeitos como “colaboradores e parceiros” e das ideologias empregadas pela burguesia convencendo à sociedade que o capital é a solução em tempos de crise com a intenção de causar conformidade. Como afirma NETTO, 2012 (pág. 170) “Tal significação é pretendida pelas ideologias burguesas, que buscam transformar as crises (e suas terríveis consequências para os trabalhadores) em algo absolutamente imprevisível [...]”. Cada vez mais é enaltecida a lógica de participação em conjunto com a flexibilização das relações de trabalho, a

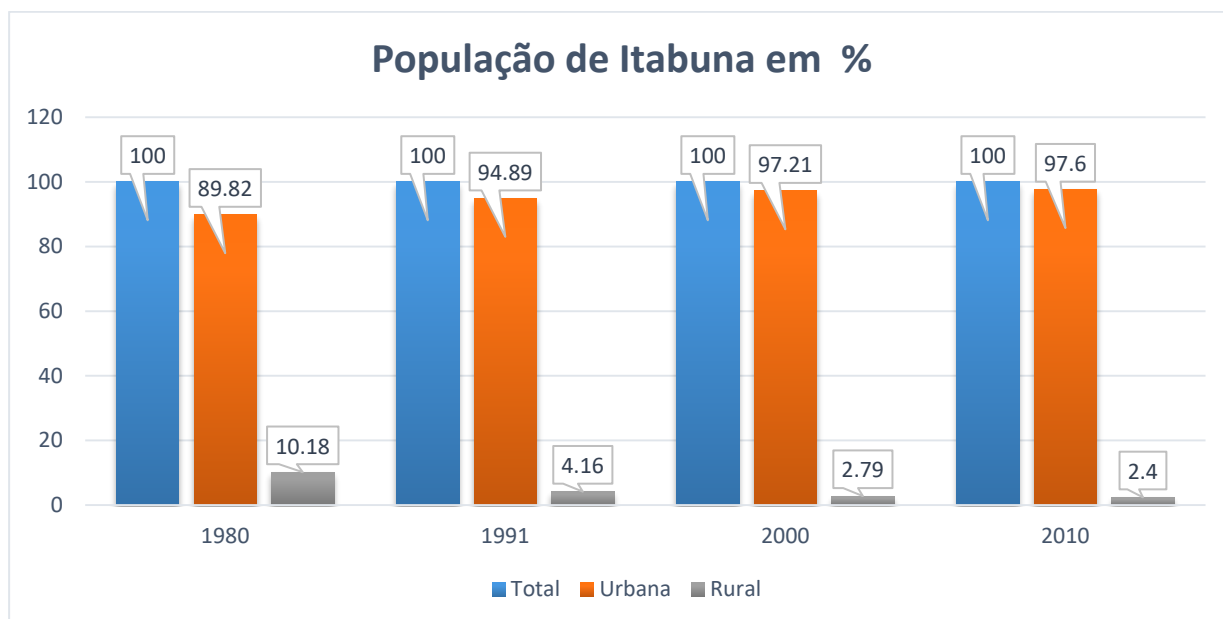
subcontratação, a terceirização e os novos processos produtivos oriundos do avanço tecnológico, que imprimem a maior necessidade de qualificação profissional e ao mesmo tempo aumenta a exploração. Para Antunes,

Para os capitais produtivos (nacionais e transnacionais) interessa, portanto, a mescla entre equipamentos informacionais e a força de trabalho ‘‘qualificada’’, ‘‘polivalente’’, ‘‘multifuncional’’, apta para operá-los, porém percebendo salários muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores das economias avançadas, além de regida por direitos sociais amplamente flexibilizados. (ANTUNES, 2006. p. 17).

Para suprir a necessidade de vagas de trabalho para a população marginalizada, além do comércio, a chegada de empresas no final da década de 1990 reflete a dinâmica provocada pelas políticas neoliberais no país. Harvey (2005) analisa que o Estado neoliberal ganha impulso em escala máxima, com o intuito de manter os interesses dos donos das grandes empresas, diante da crise estrutural do capital, em que os detentores do poder utilizaram-se de artifícios para manterem-se ativos no processo de acumulação. Com a abertura do comércio e da economia, começa a haver uma descentralização das empresas da região Sudeste em direção à região Nordeste, empresas como a Trifil e a Penalty, Tais empresas foram utilizadas para os fins da pesquisa por estarem localizadas no município de Itabuna.

Esta descentralização produtiva ocorreu em consonância com a crise cacaueteira que continuou atingindo de maneira mais intensa a região Sul da Bahia após 1990. No gráfico 1 abaixo, de acordo com os dados do IBGE é possível analisar que a migração da população para a cidade, com o agravamento da crise cacaueteira na mesma década, há um decaimento na quantidade de habitantes da zona rural. A população do campo continua se deslocando para a cidade em busca de novas alternativas de sobrevivência se incorporando aos trabalhadores que já se encontravam na cidade, provocando alterações nas relações de trabalho do município.

Figura 1: Gráfico da População de Itabuna urbana e rural



Fonte: Sistema de IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010.

Elaboração SOUZA, Andressa Araújo, 2017.

Ocorreu no município também a instalação de outras empresas como Nestlé, Produtos Padim, Kissex, Delphi Cacau, dentre outras. A chegada destas intensificou o processo migratório, tanto do campo para a cidade, quanto de outros municípios para a microrregião em destaque, com foco sobretudo para o município de Itabuna, que concentra a localização das fábricas na microrregião. Desde então, tem ocorrido um processo migratório concentrando estes trabalhadores expropriados nas cidades da região, inclusive em Itabuna.

No que concerne à crise do cacau, de acordo com Trindade (2011) as principais motivações da crise do cacau associam-se a:

Grande competição no mercado internacional, longas estiagens, endividamento dos produtores rurais e sua consequente descapitalização, queda do preço internacional do cacau, desemprego em massa dos trabalhadores da lavoura cacauieira, êxodo rural e aumento da favelização nas periferias das pequenas “cidades do cacau” e não apenas em Ilhéus e Itabuna (TRINDADE, 2011, p. 151).

As consequências dos problemas envolvendo a queda da taxa de lucro com a produção do cacau refletem de forma expressiva na sociedade, e no crescimento desordenado do município, tais núcleos de segregação são facilmente visíveis e ao mesmo tempo

acompanhados de um aumento expressivo da violência, o que colocou o município de Itabuna no ranking dos mais violentos do país, esse dado mostra a situação do atual cenário que o município apresenta, pois denuncia a latente desigualdade social, que faz parte do desenvolvimento do município desde seu passado “próspero” com as lavouras de cacau. Nesse sentido, Thomaz Júnior (2008)

Nos centros urbanos, as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração de capital, do crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora [...]. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 276).

Conforme Thomaz Júnior (2008) segue explicando o processo de reestruturação produtiva no campo, que caminha em consonância com a realidade da cidade.

Nos campos, esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparado, pois, de forma mais ou menos direta ao modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do fundo Monetário Internacional (FMI) e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). (THOMAZ JÚNIOR, 2008 p. 276).

Os trabalhadores da Trifil e Penalty são trabalhadores formais, que diante de um cenário de desmonte das leis trabalhistas, tendem a permanecer subordinados aos ditames do capital, que é incentivado pelo Estado. Devido às estratégias do capital de se reestabelecer diante das crises, os trabalhadores dos países periféricos passam a cumprir com a função de garantir a elevação das taxas de lucros das grandes empresas, para isso, recebem baixos salários, sob longas jornadas de trabalho, submetem-se a flexibilização do trabalho, marcado por mudanças de horários, multifunções, polivalência e justificados como algo positivo para os trabalhadores.

Um dos entrevistados relatou

“Atualmente estamos trabalhando uma hora a mais por dia, para no sábado não trabalharmos tanto, assim fica bem melhor, apesar de ser muito cansativo, antes eu entrava às 7h e saía 16h, agora estou saindo 17h, moro distante da fábrica, quando chego em casa o dia já acabou”(A. T. funcionaria da fábrica Penalty, 2017).

Todo o discurso positivo é propagado pelas empresas com o apoio da mídia e dos próprios governantes, propondo com a chegada de novas indústrias a solução para o exército de reserva, criado funcionalmente pelo próprio sistema econômico mesmo que reproduza pobreza.

A perda da consciência dos trabalhadores enquanto o seu poder de reivindicação é nítida dentro dessas empresas, típico do processo de acumulação flexível, quando conversava com um trabalhador sobre o sindicato da fábrica, o mesmo afirmou que. “Tem o sindicato, eles aparecem para nos dar algum aviso e fazem o intermédio com os diretores, tentam mostrar nossas necessidades, mas eu não costumo me envolver.” Conforme explica o autor Duriguetto e Montão (2011), sobre a nova roupagem dos sindicatos com a reestruturação produtiva:

O sindicato “de classe” passa a ser multifracionado, dado o “enxugamento” e a externalização da firma em múltiplas empresas, e tende a transforma-se num sindicalismo de empresa, articulado às autoridades da firma. O Estado se afasta do papel “regulador”, e a relação entre empregados e empregadores passam a comandar os “acordos” nas empresas. As leis trabalhistas são desmontadas (“flexibilizadas”), passando agora a aprimorar o acordo (entre as partes) sobre a lei – e acordos produzidos numa relação tão desigual só podem confirmar e ampliar tal desigualdade. (DURIGUETTO; MONTÃO 2011, pág. 201).

É evidente que a luta das empresas pela sobrevivência no mercado devido à crise estrutural instaurada, foi estrategicamente desarticular a luta dos trabalhadores, que por meio das organizações sindicais lutavam por melhores condições de trabalho, mas que passou a ser controlada, por diversos artifícios um deles foi a forte repressão e a negação a negociações. A competitividade se aprofunda à medida que a nova configuração do mundo do trabalho busca atingir todos os âmbitos sociais até mesmo as subjetividades do trabalhador, provocando dentro das indústrias comportamentos de fiscalização e cobranças entre os empregados, já que a ilusão criada no sujeito permite que se sinta num patamar mais elevado dentro da indústria.

Outro fator característico da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais foi o aumento do desemprego, com o avanço tecnológico dos meios de produção, o trabalhador passa a ter receio da possibilidade de ficar desempregado, passa a ocorrer à extração da mais-valia relativa e a maior subordinação do trabalhador, esse fator reflete também no papel frente às lutas de classe. Em uma das falas do entrevistado ele deixa claro o medo de ser demitido, que permeia todo ambiente da fábrica e sobre a saudade do campo. “Às vezes surgem comentários da falência da empresa, mas acredito que isso não vá acontecer, não por agora, mas estamos sujeitos a tudo, houve um tempo melhor, cheguei a pensar que seria eterna a vida que tínhamos vivendo no campo.” (T. S.A. 2017). As empresas na busca infundável pelo lucro, não possuem responsabilidade social, e se locomovem de acordo com as necessidades facilitadas de exploração, se no município as condições não a favorecem, caso haja uma

mudança de localidade o prejuízo pertence ao trabalhador que possui relevância somente no que se refere à disponibilidade de força de trabalho, essa é a atual realidade dos trabalhadores do município que trabalham em sua maioria no segundo e terceiro setor da economia.

Considerações finais:

O estudo sobre as mudanças espaciais no município de Itabuna nos faz refletir sobre uma realidade que é naturalizada, mas que dentro da sua totalidade conseguimos entender de que forma o município chegou à complexa situação atual. Aumentado sua importância como uma cidade pólo da região, que atende a mais de 40 municípios em praticamente todos os setores e serviços, mas que há pouco tempo possuía sua base econômica na produção da monocultura do cacau, que ainda hoje permanece ativa, porém a presença do parque industrial e do forte comércio é o que predomina. As marcas encontradas nas mudanças na nova configuração de produção é preocupante devido à inserção dos trabalhadores a lógica destrutiva que afeta todas as esferas da vida humana, e que os tornam incapazes de se articularem e reivindicarem por melhoras, o Estado contribui legalmente para o agravamento das condições de trabalho, pois o conjunto de estratégias que o capital passa a empregar cobre um problema enquanto outro é evidenciado, reproduzindo as contradições intrínsecas do capital.

Nos dias atuais empresas como a Trifil e a Penalty são os principais fornecedores de trabalho a população do município em conjunto com o setor terciário, estas foram favorecidas pelas mudanças da crise cacauzeira, pela abundância em força de trabalho disposta a trabalhar, mesmo com remunerações baixas. Parte dos trabalhadores que viveram no campo, hoje reside na cidade, apesar de manterem relações mesmo que indiretas com o campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Andressa. **Elaboração do gráfico.** Fonte: Sistema de IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2017. IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, José Hunaldo. **Elaboração do mapa da localização do universo em estudo, Itabuna-Ba**. Fonte: PHICARTO.

MIRA, Elson. **Mudança institucional e reconversão produtiva no sul da Bahia**. Programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Rio de Janeiro, 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social** / Carlos Montaña, Maria Lucia Duriguetto. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 5).

NETTO, João Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal** /Joao Paulo Netto. -5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: MONÇANO FERNANDES, Bernardo. (Org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1.ed. São Paulo: Expresso Popular, 2008.

TRINDADE, Gilmar. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.